Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.WNB-4933/2012**
PROCESSO TC/MS	:	TC/7018/2011
PROTOCOLO	:	1038685
ÓRGÃO	:	CÂMARA MUNICIPAL DE MARACAJU
RESPONSÁVEL	:	OCLILANE SANCHES DO NASCIMENTO
CARGO DO RESPONSÁVEL	:	PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	:	PROCESSO LICITATÓRIO - 2011
RELATOR	:	CONS. WALDIR NEVES BARBOSA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	CARTA-CONVITE Nº 006/2011

Vistos, etc.

Versam os presentes autos, sobre o exame do procedimento licitatório, na modalidade Carta-Convite nº 006/2011, firmado pela **Câmara Municipal de Maracaju**, tendo por objeto a aquisição de material de expediente, com fornecimento parcelado.

A Unidade Técnica, após analisar os atos praticados, entendeu que merece receber a chancela de aprovação quanto ao procedimento licitatório, conforme análise conclusiva acostada às f.206-207.

O Ministério Público de Contas exarou o parecer de f.209-210, opinando pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório, por estar em conformidade com a legislação pertinente.

É o relatório.

Analisando os autos em epígrafe, observa-se que o procedimento licitatório adotou o critério de julgamento de menor preço por item, seguindo o que estabelece a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Habilitaram-se para o referido certame e foram consideradas vencedoras, nos respectivos ítens licitados, as empresas: **NIP – COMERCIAL LTDA. – EPP e CEILA REIS DA ROSA - ME,** conforme o resultado constante nos autos às f.146.

Portanto, é possível vislumbrar que todos os atos praticados no procedimento licitatório, na modalidade Carta-Convite nº 006/2011, atenderam aos ditames da Lei nº 8.666/1993.

Porém, é oportuno lembrar que neste tipo de licitação, por item, onde várias empresas saíram-se vencedoras, procederão múltiplos contratos, aplicando-se, em consequência, o que dispõe o artigo 3º, I da OTI-DGGM/PRES. nº 03/2010, que estabelece 02 (dois) julgamentos da 1ª (primeira) etapa.

Diante do exposto, com base no inciso I, do artigo 311, c.c. a 1ª parte do inciso I, do artigo 312, ambos do Regimento Interno deste tribunal, **DECIDO** pela regularidade e legalidade dos atos relativos ao procedimento licitatório, na modalidade Carta-Convite nº 006/2011, firmado pela **Câmara Municipal de Maracaju.**

É a decisão.

Ao Cartório para as providências regimentais. Após, encaminhem-se os autos à 3ª Inspetoria de Controle Externo, na forma que dispõe o artigo 4º da Orientação Técnica Interna DGGM/PRES. nº 03 de 22 de setembro de 2010.

Campo Grande-MS, 10 de agosto de 2012.

Conselheiro Waldir Neves Barbosa
Relator

ESD/nb